

MUDANÇAS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO (BRASIL) E TRANSFORMAÇÕES INDUSTRIAIS

Sandra Lencioni *

INTRODUÇÃO

A velocidade das transformações industriais caracteriza esse final de século. As recentes transformações sociais e técnicas, bem como a crescente compressão espaço-tempo e o incremento da globalização da economia, colocaram os países de industrialização tardia, como o Brasil, diante de novos desafios. A urgência em responder a tais desafios parece ser tão importante quanto localizar e compreender esse processo.

A resposta a tais desafios passa, necessariamente, pela compreensão dessas transformações em nível global e local. Esse é o motivo desse trabalho, o de procurar compreender as mudanças globais relacionadas às transformações industriais e urbanas, no sentido de contribuir para a discussão dos atuais processos sócio-espaciais localizados. Tem como objeto de análise as transformações urbano-industriais no Estado de São Paulo, polo hegemônico industrial do país, cuja região metropolitana, composta por 39 municípios, possui uma população de cerca de 15 milhões de habitantes.

A região metropolitana de São Paulo, que se constitui na sexta região metropolitana do mundo, após Tóquio, Cidade do México, Nova Iorque, Xangai e Pequim, se conformou em muito pouco tempo. O seu centro metropolitano – a cidade de São Paulo, Capital do Estado de São

Paulo, não passava de um vilarejo até o final do século XIX. A característica marcante desta metrópole é, sem dúvida, o rápido crescimento de sua população e de sua mancha urbana. Esse último aspecto, a mudança na extensão territorial metropolitana, ocorrida nas últimas décadas e examinada à luz das transformações industriais, é tema que privilegiamos nesse trabalho.

Nos últimos vinte anos, o Brasil – a despeito dos anos de crise – procurou se inserir no mercado internacional de produtos industriais ajustando-se à nova divisão internacional do trabalho. A clássica participação brasileira no comércio internacional, apenas como fornecedor de produtos primários, que havia perdurado séculos, se transformou, rapidamente, em passado.

Em apenas duas décadas, essa nova inserção do Brasil no mercado mundial, em grande parte relacionada à atuação de grandes empresas multinacionais, conheceu modificações profundas dado o contexto de reestruturação econômica mundial. Dentre as mudanças econômicas fundamentais, podemos assinalar a ocorrência de retornos de muitos investimentos industriais para os países de origem e uma significativa mudança na atuação das empresas no contexto mundial. Essas empresas se transnacionalizaram; ou seja,

(*) Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

sua expansão por todo mundo deixou de ter como objetivo determinante e principal a conquista dos mercados consumidores nos países que se instalavam, para ter como traço fundamental o voltar-se para o mercado internacional, importando menos a conquista do mercado do país que se localizavam.

Transformações econômicas tão rápidas e profundas exigem, necessariamente, respostas rápidas em nível mundial. Essa exigência de ajuste global à modernização, mais precisamente, às novas formas de internacionalização do capital, parece ser o novo aspecto que separa países ricos de países pobres. Não são apenas o montante do produto interno bruto gerado anualmente, o patamar tecnológico, os investimentos em educação, as condições de vida da população nem a distribuição da renda, em que, cabe lembrar, a do Brasil é das mais perversas do mundo, os principais divisores de água entre países ricos e pobres. O que passa a distinguir os países, mais do que tudo, é a **velocidade** nas respostas aos novos desafios da economia mundial.

Essa capacidade de resposta exige recursos de capital para vultosos investimentos, quer no âmbito da pesquisa e desenvolvimento (P&D), quer no âmbito da educação e na provisão das novas condições gerais de produção. Não se trata mais de apenas aparelhar portos e redimensionar rodovias, por exemplo. Ou seja, não se trata mais de apenas redefinir a infra-estrutura fixa, mas de criar aquelas que possibilitam a realização dos fluxos imateriais.

Por certo, o Brasil, uma economia fordista periférica, tem menor capacidade que os países ricos de dar resposta a esses novos desafios. Porém, cada vez mais imersa no turbilhão da globalidade, a reestruturação das economias periféricas não se constitui numa opção, mas numa necessidade. De fato, uma necessidade de ajuste

global para o qual pode haver respostas lentas, mas não pode deixar de tentar responder ao ajuste. Ou seja, a ordem econômica mundial impõe uma reestruturação econômica local dada a crescente integração entre os espaços nacionais. Assim, a nosso ver, a partir dessa imposição, a diferença fundamental entre países ricos e pobres passa a residir na capacidade que as economias nacionais têm em acompanhar as mudanças globais, até mesmo de resistir a elas. Em conclusão, na imposição da nova ordem mundial o que diferencia os países é a **velocidade** de encontrar respostas locais às mudanças globais.

As profundas transformações das economias nacionais e, em particular, do desenvolvimento industrial no findar do século, tornaram relevantes uma nova dualidade. No concerto mundial das nações, não é mais relevante uma nítida divisão econômica entre países do Norte e países do Sul, fundada na riqueza nacional, mas, sim, uma nova dualidade fundada no parâmetro tecnológico, em que se colocam, de um lado os Estados Unidos, a Europa e o Japão e, de outro lado, os demais países. O caráter dessa nova dicotomia não reside apenas na riqueza desses países, nem na tecnologia da sua produção industrial ou no seu desenvolvimento social. É evidente que essas diferenças continuam sendo brutais, mas elementos comuns – desemprego, exclusão social – podem estar presentes em ambos os grupos de países, variando apenas de intensidade, enquanto novos elementos criam uma clivagem mais aguda entre esses dois agrupamentos.

O Brasil, na América Latina, e a Coreia do Sul, no Sudeste Asiático, por exemplo, se situam entre as principais economias industriais do mundo, o que faz com que a produção industrial em si mesma, embora seja um importante indicador, não seja mais um elemento decisivo na distinção entre países do Norte e do Sul. Da mesma forma,

as economias mais desenvolvidas industrialmente, os Estados Unidos, a Europa e o Japão enfrentam sérios problemas dada a exclusão social de parcelas da população na riqueza produzida. Portanto, não é nem a ausência de uma economia industrial, num caso, e nem a ausência de graves problemas sociais, no outro, o que mais distingue ambos os grupos de países. A nosso ver, emerge como distinção fundamental entre as economias nacionais, nos dias atuais, o patamar tecnológico dessas sociedades e, sobretudo, a velocidade de reconversão que possuem.

Tanto é que a base de distinção – a tecnologia – tem sido o elemento principal na reflexão sobre reestruturação econômica, norteando as diretrizes das discussões sobre as recentes transformações industriais e urbanas. Uma literatura ampla a respeito já se produziu, tendo mais localizado as questões pertinentes do que se lançado a explicações precipitadas, o que é um mérito científico diante de uma realidade de processos que estão ainda germinando ou são bastante recentes.

Em resumo, as interpretações sobre reestruturação econômica têm sido fortemente relacionadas às transformações tecnológicas. As análises sócio-espaciais são elaboradas, na maioria das vezes, a partir de uma discussão acerca das transformações técnicas do processo produtivo. De forma que, nos casos em que o desenvolvimento tecnológico não é o norteador das transformações industriais, as interpretações ainda são bastante vagas.

Muito pouco tem sido elaborado no sentido de se interpretar a reestruturação econômica e as transformações urbanas e industriais em países como o Brasil. Especificamente no caso brasileiro, isso se deve à conjunção de dois elementos. Primeiramente, porque o Brasil se constitui em uma periferia mundial no que tange à pro-

dução científica e intelectual, com pouca pesquisa, com insignificante indústria editorial dadas as características de um país iletrado e com poucos investimentos em educação e cultura e em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e social. Em segundo lugar, porque além desses elementos dificultadores e, ainda, além do fluxo e da velocidade lenta dos intercâmbios de conhecimento, acresce-se o fato de que muitas das explicações consagradas internacionalmente e transpostas para o ambiente acadêmico nacional não se aplicarem à realidade brasileira.

Esse é o caso das interpretações acerca da reestruturação econômica vinculada ao progresso técnico. As novas tecnologias de produção não podem ser o fundamento das interpretações sobre as recentes transformações urbano-industriais no Brasil porque o desenvolvimento tecnológico industrial brasileiro não se constitui elemento chave para se compreender as recentes transformações econômicas. A nosso ver, são mais as transformações nas formas gerais de organização da produção, que as transformações na base técnica das formas de produção, que caracterizam a reestruturação social e espacial do parque industrial no Brasil e, portanto, do Estado de São Paulo onde a indústria brasileira está concentrada.

Essa reestruturação social e espacial da indústria no Estado de São Paulo reafirmou o poder das empresas oligopolistas e concentrou, ainda mais, a produção industrial no Estado de São Paulo. Através da reorganização do capital social, da redistribuição territorial da produção industrial, houve profundas transformações urbanas, quer em cidades alcançadas pela expansão da região metropolitana, quer no interior da região metropolitana. Procuraremos mostrar como a região metropolitana se ampliou, ainda mais, reafirmando a primazia da cidade de São Paulo no contexto da economia nacional, bem como

situando-a como um nó na rede de cidades mundiais. Assim, a análise dessa reestruturação que não se fundou no progresso técnico da produção industrial é objeto desse trabalho. Através dela pensamos contribuir para a discussão da relação industrialização e urbanização nos dias atuais.

Em suma, o objetivo desse trabalho é de colocar em xeque a aceitação do fundamento tecnológico como paradigma da reestruturação econômica recente em diferentes países. A partir da análise das mudanças na região metropolitana de São Paulo procuramos mostrar como o fundamento tecnológico se mostra redutor e insuficiente para explicar as recentes transformações urbanas e industriais em países como o Brasil.

1. A CONCENTRAÇÃO TERRITORIAL DA INDÚSTRIA

A industrialização no Brasil é territorialmente muito concentrada. Nesse sentido, ela é semelhante à distribuição territorial do parque industrial de outros países da América Latina e acompanha a tendência geral dos países de industrialização tardia.

O parque industrial brasileiro está concentrado em São Paulo, onde se localiza, aproximadamente, cerca de metade do valor gerado na indústria do país.¹ A sua gênese encontra-se na grande empresa cafeeira associada ao trabalho livre de imigrantes europeus nas últimas décadas do século passado. Durante o século XX, quer em momentos de expansão das exportações de café que propiciavam divisas comerciais para importação de tecnologia para a instalação industrial, quer em momentos de crise, nos quais a alternativa industrial local se apresentava economicamente viável, se desenvolveu a indústria brasileira.

A cidade de São Paulo, capital da província cafeeira, se transformou rapidamente, na primeira metade desse século, em cidade industrial. Consolidou-se territorialmente a indústria na cidade de São Paulo e cresceu vertiginosamente a sua população. Para se ter uma idéia, no século XIX, período de transformação significativo para Londres e Paris, essas cidades cresceram cerca de cinco vezes. Nos últimos cem anos, de grandes mudanças, São Paulo cresceu cerca de cento e cinquenta vezes. Atualmente, ocupa o segundo lugar entre as maiores cidades do mundo, com 9.626.894 habitantes.²

Investimentos massivos foram feitos para garantir as condições gerais da produção industrial, tais como, energia, estradas, aparelhamento portuário, escolas e serviços de saúde, destinadas à reprodução da força de trabalho. O binômio fábrica e cidade industrial se consagrou em São Paulo. Mas logo a massa aglomerativa industrial concentrada nesta cidade acabou por gerar desconomias, fazendo expandir, ainda mais, a mancha urbana, formando-se áreas periféricas. A polinucleação metropolitana se desenvolveu e a dualidade urbana entre centro e periferia se acentuou.

A expansão territorial metropolitana se ampliou pelas áreas contíguas à metrópole, conformando uma contínua mancha urbana. Durante o período de 1970 a 1985, a região metropolitana, composta por 39 municípios, conheceu um declínio na sua participação do valor adicionado do Estado de São Paulo. Em 1970 a participação da região metropolitana no valor da produção industrial do Estado de São Paulo foi de 67,4%;

(1) A participação da atividade industrial do Estado de São Paulo em relação ao país, em termos de participação no produto interno bruto, foi de 43,3% em 1991. SEADE: 1994a; 70.

(2) Em 1890 a população de São Paulo era de 64.934 habitantes. Em 1991, de 9.626.894. SEADE: 1990; 9 e SEADE: 1994a; 79.

em 1985, passou a 52,7%. Inversamente, a participação do Interior passou de 32,7 para 47,2.³ Todavia, essa modificação da participação se deveu ao desempenho industrial de algumas regiões do Estado, justamente as mais próximas da região metropolitana.

Da cidade de São Paulo se constituiu a região metropolitana. Essa região, desde os anos 70, vem se expandindo significativamente, formando uma gigantesca mancha urbana. Denominamos essa gigantesca mancha urbana de região metropolitana desconcentrada. Ela é formada pelo conjunto da região metropolitana com o entorno metropolitano. Os processos que geraram essa região metropolitana desconcentrada se fundamentam na crescente centralização do capital. Em outros termos, se fundamentaram na atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que foram os principais promotores do deslocamento das atividades industriais para o Interior. Também foram os principais responsáveis pela divisão territorial entre produção industrial e gestão empresarial, fazendo com que o Interior tendesse a concentrar os estabelecimentos produtivos e a Capital, os escritórios de gestão empresarial. Como decorrência dessa expansão se intensificaram as redes sociais e espaciais com o sentido de integrar o capital e o espaço.

Como dissemos, referimo-nos a essa gigantesca mancha urbana, como região metropolitana desconcentrada. Cabe uma consideração teórica. Utilizamos o adjetivo **desconcentrada** para nos referir a esse processo de expansão da indústria para o Interior, porque esse é, sobretudo, orquestrado pela atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos, que através de fusões, absorções e associações de empresas têm, cada vez mais, centralizado o capital social. Se usássemos a palavra descentralização metropolitana cremos que estaríamos mais confundindo,

que esclarecendo, pois o que vem ocorrendo não é um processo de descentralização, nem social nem espacial. Primeiro, porque cada vez mais a propriedade jurídica do capital se centraliza em poucas mãos, e, em segundo lugar, porque, do ponto de vista espacial, reafirma-se, mais e mais, a cidade de São Paulo como centro ao se concentrarem as atividades de comando do capital. Assim, a metrópole de São Paulo reafirma sua posição de centro nacional e nó de uma rede de cidades mundiais.

Essa expansão da mancha urbana metropolitana modificou a cidade de São Paulo que foi, cada vez mais, se afirmando como centro de serviços e, cada vez menos, como centro industrial. A expansão do emprego em geral se deu no Interior. Em 1993, a região metropolitana teve uma redução de 0,51% do emprego, enquanto que o Interior conheceu uma ampliação de 2,2%.⁴ Na Capital, a porcentagem de pessoas ocupadas na indústria de transformação que era de 29,8 em 1985 passou a 26,0% em 1991.⁵ Em contrapartida, a evolução dos empregos no setor terciário é o que vem tendo maior dinamismo na cidade de São Paulo, tendo crescido 53,9% no período de 1977 a 1987.⁶ Os serviços mais especializados, relativos à gerência, às finanças, à propaganda, ao marketing, ao planejamento e à consultoria concentram-se na Capital. Aí que se concentra cerca de 81,1% dos depósitos financeiros, além de 1/3 das agências bancárias do Estado de São Paulo.⁷

Em resumo, esse processo atual de ampliação territorial da atividade industrial, conforman-

(3) SEADE: 1988; 29.

(4) SEADE: 1994; 528.

(5) SEADE: 1992; vol. 6, 218.

(6) SEADE: 1992, vol. 6; 219.

(7) SEADE: 1994; 662, 663.

do uma metrópole desconcentrada e reconvertendo muitos centros no Interior, tem a ver com as transformações nas formas gerais de organização da produção, nas quais, repetindo mais uma vez, a atuação das empresas oligopolistas e os grupos econômicos são os principais responsáveis pela reestruturação social e espacial.

Essa reestruturação espacial e social da indústria, ampliando a mancha metropolitana de São Paulo, confirma a propensão de que num país de pequena capacidade de investimento nas condições gerais de produção, existe uma tendência maior em se concentrar territorialmente a produção dessa infra-estrutura. A necessidade de maximizar o uso dessa infra-estrutura, de reconverter-la, segundo as novas necessidades, ou criar novas condições gerais de produção, como, por exemplo, a rede de fibra ótica para os fluxos imateriais, reforça a concentração metropolitana. Tendeu-se a reiterar a concentração, muito mais do que criar pólos alternativos, distantes territorialmente da metrópole de São Paulo, exigentes de novas infra-estruturas de transportes e de instituições formadoras de mão-de-obra qualificada. Por isso é que a expansão industrial foi contígua à região metropolitana. Objetiva-se maximizar a eficiência geral das empresas, quer aproximando mercados, fornecedores e consumidores, quer reduzindo custos de circulação e de distribuição das mercadorias e de realização dos serviços.

No entanto, há um limite para esta tendência à concentração a partir do qual se produzem deseconomias de escala, tais como a elevação dos preços dos terrenos e dos aluguéis, o congestionamento urbano e a oferta deficitária dos serviços públicos. Esse limite é que conformou, num primeiro momento, as áreas suburbanas e, num segundo, a desconcentração metropolitana. Dado que as áreas suburbanas, a partir de 1960, passaram a apresentar elevados custos dos terrenos e a

serem alcançadas por deseconomias de escala, comprometendo os custos de produção e a rentabilidade das fábricas, se transitou para o Interior. Já o censo industrial de 1980 apontava que a rentabilidade da região metropolitana era menor do que de algumas cidades do Interior.

Essa migração de indústrias para o Interior foi facilitada porque o Estado de São Paulo possui uma homogeneização da infra-estrutura básica que encontra sua gênese na lógica da expansão territorial da cafeeira desde os primeiros decênios desse século. A essa relativa homogeneização se acrescem as oportunidades que os municípios do entorno metropolitano tem oferecido para a instalação industrial. Por outro lado, a proximidade com a Capital significa também a possibilidade freqüente de absorção das inovações, de utilização das firmas de propaganda, de marketing e de consultoria, bem como de maiores oportunidades de negócio.

Municípios pequenos, mais próximos, localizados no entorno metropolitano, cresceram. As cidades de porte médio localizadas junto aos principais eixos rodoviários, também. Em 1995, a urbanização da população no Estado de São Paulo alcançou a cifra de 92,8%. Cifra essa maior que a do país, situada entorno de 75%.⁸ Os fluxos migratórios, já não somente relativos à migração campo-cidade decorrente da intensificação do capital nas atividades agrárias, mas também advindos da migração entre cidades, não mais têm tido como alvo privilegiado a metrópole. Também se dirigem para o Interior do Estado.

A região metropolitana, tradicional centro de atração populacional, teve, pela primeira vez, um saldo migratório negativo no período de 1980 a 1991. O saldo negativo foi de menos 756 mil

(8) SEADE: 1994a; 70.

pessoas.⁹ O município de São Paulo reverteu drasticamente sua tendência de crescimento. De um crescimento acelerado, característico da cidade até os anos 60, passou a uma desaceleração contínua que se agravou nesse último período. Como indicamos, foi o entorno metropolitano que se expandiu.

2. A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA PARA O INTERIOR E OS VÍNCULOS COM A CAPITAL

Num raio de 150 km do centro metropolitano, ou seja, da cidade de São Paulo, a paisagem é marcadamente industrial. Cidades, quer de porte médio ou pequeno, expandem sua área industrial. Mais além, numa extensão de 250 quilômetros, a mancha metropolitana mantém-se contínua e vai extensivamente se distendendo ao longo dos principais eixos de circulação.

Nas áreas mais distantes, ao longo dos principais eixos de circulação rodoviária, a expansão da área industrial tende a se dar nos municípios de porte médio que podem garantir um determinado padrão de serviços urbanos. Nessas áreas, uma agricultura moderna e dinâmica divide a paisagem com estabelecimentos industriais de grande porte. Grandes propriedades rurais desenvolvem, sobretudo, o cultivo de laranja e de cana-de-açúcar. A cultura de laranja ocupa 704 mil ha, respondendo por 83,46% da produção nacional e a de cana-de-açúcar ocupa 1.879 mil ha, respondendo por 52,77%. Alguma plantação residual da tradicional cultura de café (ocupando 430 mil ha e respondendo por 17,49% da produção nacional) testemunha o elo havido entre a cafeicultura e o desenvolvimento industrial; ou seja, não deixa esquecer a origem histórica da acumulação industrial.¹⁰

A expansão da indústria para o Interior pode ser situada no final da década de 70, tendo encontrado maior impulso na década seguinte. A região metropolitana, sofrendo com mais força os efeitos da crise, tendeu para uma desconcentração industrial e conheceu profundas mudanças no setor terciário. Com isso, na década de 80, o emprego industrial diminuiu na região metropolitana, enquanto o Interior viu crescer em 11% esse índice.¹¹

Ao dizermos que houve ampliação da região metropolitana e interiorização de muitos estabelecimentos industriais, não estamos afirmando que não havia indústrias no Interior. Essa presença no Interior é de longa data e, sobretudo, nessa região alcançada pela expansão da metrópole, sempre se concentrou a indústria do Interior paulista. Contudo, há um fato novo. *A expansão recente da indústria no Interior, desde o final dos anos 70, está estreitamente vinculada a processos de desconcentração metropolitana.* Tanto é que durante o período de 1980 e 1985, o entorno metropolitano concentrou cerca de 60% da área industrial construída no período. Desse índice, 55,2% diziam respeito a novos estabelecimentos industriais e o restante à expansão de indústrias já instaladas.¹²

Essa expansão industrial para o Interior fez com que a participação do Interior no valor de transformação industrial do Estado passasse de 25,3% para 37,1% durante o período de 1970 a 1980. Em 1987 o Interior já concentrava 40% da transformação industrial do Estado.¹³ Aí concen-

(9) SEADE: 1993; 30.

(10) Os dados de produção referem-se à média do período (1990-1992). Os de área ocupada dizem respeito ao período 1991-1993. SEADE, 1994a: 73-75.

(11) O período corresponde aos anos compreendidos entre 1980 e 1988. Semeghini: 1992; 30.

(12) SEMA: 1989; 23.

(13) Semeghini: 1992; 30.

tra-se 1/5 da indústria nacional e, para se ter uma idéia melhor, o valor da transformação industrial é quase o dobro da do Rio de Janeiro, que na década de 70 era o segundo espaço industrial do país.

Uma outra característica diferencia o entorno metropolitano das demais regiões do Interior. Dentre as indústrias aí instaladas, 72,90% correspondem às indústrias produtoras de bens intermediários e de capital e de consumo industrial, indústrias que até então caracterizavam apenas a região metropolitana, estando pouco presentes nas outras regiões do Interior onde predominam as instalações de indústrias produtoras de bens de consumo corrente.

Entre 1980 e 1987, o "crescimento industrial e as modificações setoriais da indústria do Interior são explicados por sua integração com o mercado nacional, pelo aumento da demanda nos principais centros do interior que passaram por intenso processo de urbanização nos últimos anos e, principalmente, porque a saída encontrada pela indústria para reduzir os efeitos recessivos dessa década foi o comércio exterior." (Negri, 1992, p. 43).

Em dados absolutos, foram construídos 4.413.550 m² na região do entorno metropolitano. Foram, sobretudo, as unidades produtivas de grandes empresas que se instalaram nessa região. Ou transferindo conjuntamente a produção e gestão empresarial, ou transferindo ou abrindo novos estabelecimentos nos quais a cisão entre produção e gestão empresarial se realiza.

Em direção ao norte do Estado, nos eixos rodoviários da Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luís, importantes indústrias, como a Goodrick, Merk e Sharp, Chicago Bridge, Rigesa, Wabco, Bendix, Singer, Mercedes Bens, desenvolvem suas atividades. Aí também se situa um importante polo petroquímico e químico. Outras

indústrias estrangeiras, desde o final dos anos 70, buscaram se instalar no entorno metropolitano, tais como Goodyer, Philips, Caterpillar, 3M, Alpargatas, Ajinomoto, Merlin-Gerin, Goyas, Nagel, Kassinger, Toshiba, Singer, ZF do Brasil, Allied Automatic Ltda, B.F. Goodrich do Brasil, Alcoa Alumínio, R. P. Scherer Encapsuladores, Cerâmica São Caetano, Empilhadeiras Toyota, Ina Indústria e Comércio de Esferas e Eugistrel Eugematic Instrumentação.

Nesse entorno metropolitano, que se constitui num tradicional espaço da indústria têxtil voltada para a produção de fibras e tecidos de algodão e com um peso expressivo do capital nacional, instalaram-se empresas estrangeiras voltadas para a produção de fibras e tecidos sintéticos. Nessa região, consolidou-se também o maior parque metal-mecânico do país e a agroindústria produtora de suco de laranja e de álcool.

Em direção ao Rio de Janeiro, no eixo rodoviário Presidente Dutra, situa-se o Centro Tecnológico da Aeronáutica onde se concentra o mais importante centro de engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica do país. Aí se localiza a Embraer, indústria produtora de aviões, uma importante refinaria de petróleo e indústrias automobilísticas, como a General Motors, a Detroit Diesel, a fábrica de motores da Ford e a Volkswagen. Também desde o final dos anos 70, empresas estrangeiras procuram se instalar na região, tais como Takai, Kopper, Blindex, Nestlé, Mannesman, Monsanto, Kodak, National, Hitachi.

Cabe observar, em primeiro lugar, que essa expansão territorial da indústria não tem sua explicação decorrente da instalação de distritos industriais autônomos dotados de alta tecnologia. Isso não significa, entretanto, ausência de esforços nesse sentido. Uma das diretrizes políticas importantes, nos últimos anos, foi a criação de

pólos tecnológicos no Interior.¹⁴ Esses coincidiram com a transnacionalização das empresas que não só buscaram multiplicar suas instalações de P&D, bem como estabelecer vínculos com centros de pesquisa e universidades locais, compartilhando laboratórios e equipamentos, com o objetivo de aumentar as possibilidades de inovação e de adequação a mercados diferenciados, quer o nacional, quer o internacional. Nesse sentido, essas empresas alcançaram um grau de autonomia jamais conhecido, mormente quando se colocavam como empresas multinacionais, bastante dependentes de suas sedes. Como empresas transnacionais dos dias atuais, mantêm o caráter de difusoras de tecnologias, acrescido do de incentivadoras de inovações, procurando maior racionalidade na adequação a mercados diferenciados e na utilização de recursos locais. Quanto a esse último item, entenda-se, também, a utilização do recurso intelectual e criativo.

Em segundo lugar, que essa expansão territorial da indústria tem uma forte relação com a tecnologia de informação no que diz respeito à incorporação das telecomunicações e à informatização do trabalho administrativo no âmbito da gestão empresarial. A difusão da micro informática e, principalmente, da rede de telecomunicações com fibra ótica é que tornou, cada vez mais, possível a cisão territorial entre produção e gestão e a eficácia de sua reintegração social à distância. Nesse sentido, essa difusão tornou-se elemento chave na expansão industrial do entorno metropolitano. Em outros termos, sem a incorporação de tecnologias de informação que possibilitassem a cisão e o distanciamento entre o local da produção e o local da gestão empresarial, a expansão da região metropolitana, nos moldes em que se deu sua expansão territorial, não teria se viabilizado pela incapacidade de se reintegrarem o capital e seu espaço.

A análise que empreendemos se baseia em dados referentes às unidades produtivas, aos estabelecimentos industriais ou, como outros denominam, às plantas. Esses dados permitem apreender os liames tecidos no espaço entre as unidades produtivas e o escritório central. Em outros termos, através da apreensão desses liames pode-se captar os fluxos imateriais presentes na cisão entre a produção e a gestão do capital, que se constituem em significativos elementos da reestruturação sócio-espacial. Contudo, não permitem apreender a rede de estabelecimentos pertencentes às empresas oligopolísticas e aos grupos econômicos, pois não discriminam a propriedade jurídica dos capitais.

Analizando-se 7.562 indústrias presentes no Estado de São Paulo, podemos observar que 807 (10,7%) têm o gerenciamento empresarial e a unidade produtiva localizados em cidades diferentes.¹⁵ Apenas 33 estabelecimentos produtivos se situam fora do Estado de São Paulo, representando 4,1%. Considerando-se, então, somente os estabelecimentos cindidos territorialmente, cujo gerenciamento ou a unidade produtiva se localizam em cidades do Estado de São Paulo, o número total cai para 774. A grande parte das indústrias com prática de cisão territorial entre gerenciamento e produção se localiza na região que denominamos de região metropolitana desconcentrada, que, como nos referimos acima,

(14) Um exemplo é a constituição do pólo de alta tecnologia de Campinas, localizada no entorno metropolitano, a 99 km da cidade de São Paulo. Esse pólo concentra empresas de informática, microeletrônica, química fina e telecomunicações.

(15) Utilizamos como fonte de dados o Cadastro de Empresas. São Paulo, FIESP/CIESP/DEPEA, 1994. Esse cadastro incorpora um conjunto representativo de empresas (indústria, comércio e serviços) do Estado de São Paulo. Não se trata de todo universo, mas uma listagem feita através dos dados coletados pela FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo. Constitui o registro mais completo no que tange aos aspectos que estamos discutindo.

é formada pela região metropolitana e pelo entorno metropolitano.

A região do entorno metropolitano concentra cerca de 60% da área industrial recentemente construída no Estado de São Paulo. É nessa região que se concentram as empresas oligopolis-

tas e os grupos econômicos com suas estratégias de multilocacionalidade. Por isso, como já dissemos, adjetivamos essa expansão industrial como sendo produto de uma desconcentração metropolitana, e não descentralização, como querem alguns.

Localização das Indústrias com Cisão Territorial entre Produção e Gestão no Estado de São Paulo (1994)

Regiões do Estado de São Paulo	Total	%
Região Metropolitana	698	90,2
Região do Entorno Metropolitano	53	6,8
Região Metropolitana Desconcentrada	751	97,0
Interior I	15	1,9
Interior II	8	1,0
Litoral	0	0,0
Total	774	100,0

Fonte: Cadastro de Empresas. São Paulo, FIESP/CIESP/DEPEA, 1994.

Num exame das indústrias localizadas no Interior do Estado de São Paulo, o Interior I, compreendendo à área mais ao Norte e Noroeste do Estado, apresenta praticamente o dobro do número de indústrias com cisão territorial se comparado ao Interior II, dizendo respeito ao Centro-Oeste, Oeste e Litoral do Estado de São Paulo. O Interior I corresponde à região de maior concentração de riqueza de todo o Interior, com maiores índices de industrialização, maior expansão da área industrial construída entre 1980 e 1985 – 1.768.923 m² – e com uma agricultura moderna e dinâmica, tendo sido a principal região produtora de café desse século. O Interior II, mais a noroeste, além do desenvolvimento industrial em menor escala e com menor incorporação de expansão da área industrial – 1.201.438 m² –, entre 1980 e 1985, tem na pecuária importante fonte de riqueza. Analisando-se com mais detalhe a localização dos estabelecimentos industriais com cisão territorial, o Interior I apresenta uma localização fabril mais concentrada, fazendo com que

a concentração dos fluxos entre a unidade produtiva e a gestão seja maior que a do Interior II.

Dos estabelecimentos fabris do Interior I, com cisão entre a produção e o gerenciamento, 1/4 se localiza em uma única cidade: São José do Rio Preto. A metade dos estabelecimentos está distribuída pelas cidades de Ribeirão Preto, Franca e Araraquara. As cidades de São José do Rio Preto, Franca e Araraquara formam os vértices de um triângulo em que o desenvolvimento industrial tem tido um crescimento dos mais expressivos do Estado.

No Interior II, os estabelecimentos em exame concentram-se, sobretudo, na cidade de Bauru que tem conhecido uma industrialização rápida nos últimos anos. Em segundo lugar, em Botucatu e Birigui. Essas cidades estão no mais importante eixo rodoviário do oeste do Estado, tendo Bauru como centro regional. Diferente do Interior I, os estabelecimentos industriais com cisão territorial no gerenciamento estão menos concentrados territorialmente; ou seja, há uma dis-

persão maior dos estabelecimentos fabris por toda a região. Os municípios que apresentam apenas um estabelecimento fabril correspondem a 35,3%, contra 23,2% no Interior I.

Através dessa estratégia das empresas, cindindo produção e gerenciamento, o espaço se torna compacto. No caso, a mediação da rede de telecomunicações e o uso da microinformática tornou o território paulista tecnicamente mais denso e industrialmente mais compacto.

Considerando-se as 774 indústrias com cisão territorial, em que o gerenciamento ou a produção se situam na Estado de São Paulo, 637, ou seja, 83,3% têm o gerenciamento localizado na cidade de São Paulo. Esse dado indica que a metrópole de São Paulo exerce com primazia sua função de centro gestor do capital industrial.

Os dados também indicam que cerca de 17% das sedes das empresas se localizam na região do entorno metropolitano indicando que tal região possui condições próximas da região metropolitana. Aí, também se localizam, por exemplo, serviços de consultoria empresarial, de engenharia e propaganda, muito embora o desenvolvimento dos serviços tenha se dado mais devido à instalação de importantes redes hoteleiras e à ampliação do número de restaurantes visando a demanda dos homens de negócio.

A constatação de que a cidade de São Paulo não se constitui no local privilegiado e quase exclusivo da gestão empresarial coloca em questão a idéia de que no Interior se localizariam as unidades produtivas e na Capital, a gestão empresarial. A constatação de que a cidade de São Paulo é o local privilegiado da gestão empresarial é, em parte, correta, pois a Capital vem conhecendo contínua desindustrialização e se colocando, cada vez mais, como centro de serviços, sobretudo os de ordem superior. Todavia, a localização dessas atividades não é

exclusiva da cidade de São Paulo. Seria um erro atribuímos ao espaço da região do entorno metropolitano, condições gerais de produção tão diferenciadas da Capital, perseguindo a velha idéia de uma divisão territorial do trabalho entre Capital e Interior. Divisão essa em que ao primeiro espaço é atribuída toda sorte de controle e gestão da produção e ao segundo, apenas o desempenho produtivo. A forma que o desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo assume é uma forma nova conduzida por processos de desconcentração que rompem aquela antiga dicotomia, num ambiente de reestruturação urbana e industrial. Reestruturação contextualizada e imposta pelas grandes transformações atuais do capital.

3. A PRIMAZIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Consideramos essas mudanças, discutidas anteriormente, como uma reestruturação sócio-espacial. Não se trata de adjetivarmos as transformações industriais e urbanas no Estado de São Paulo como decorrentes de uma reestruturação sócio-espacial por imposição de um modismo na literatura sobre indústria e urbano. Trata-se de se compreender as transformações sócio-espaciais recentes como uma reestruturação, porque assim interpretadas conduzem a uma explicação mais abrangente das mudanças ocorridas, por possibilitar entender melhor a sua profundidade e seu alcance.

Em primeiro lugar, convém assinalar que a conformação atual da industrialização em São Paulo não constitui uma estrutura nova que se sobrepôs à anterior. Isso porque, a nosso ver, as estruturas sócio-espaciais não são nem estáveis e nem fixas, perdendo essa condição no momento

de ruptura; não acreditamos que haja um momento no qual uma nova estrutura substituiria a antiga. Nossa compreensão é que as estruturas têm um equilíbrio provisório e intermitente devido à atuação de processos em constante tensão que tanto as afirmam, como as dissolvem ou as reconstróem. Quando esses equilíbrios provisórios são rompidos, ocorre uma desestruturação-reestruturação, conformando novas situações de equilíbrios provisórios ou de estabilidades intermitentes.

As recentes transformações industriais e urbanas em São Paulo produziram uma forma territorial nova, produto de um processo de reestruturação social e espacial decorrente de mudanças na organização da produção industrial e da expansão da mancha metropolitana. Esse processo não se deu sem tensões. Aliás, essas transformações foram profundas, por isso esse espaço novo, embora mais homogêneo, está pleno de profundos descompassos. Um deles, por exemplo, diz respeito à relação sociedade natureza, em que o desenvolvimento daquela tem significado o comprometimento dessa. A expansão da degradação ambiental para o Interior é um fato tão novo quanto a expansão da mancha metropolitana. Ou, ainda, em relação ao descompasso entre, de um lado, a grandiosidade dos edifícios e da modernização de infra-estruturas para abrigo dos parques industriais e, de outro, as precárias áreas de urbanização periférica com moradias encortiçadas e faveladas.

A recuperação de formas materiais anteriores faz parte, mas não se constitui o elemento fundamental da reestruturação sócio-espacial. Essa recuperação diz respeito, sobretudo, apenas a alterações de funções. Ao passo que em relação às formas novas, como por exemplo os fluxos imateriais com novos significados, se constituem estruturantes da nova lógica sócio-espacial.

A mudança na natureza e a importância dos fluxos imateriais associam-se aos deslocamentos nos assentamentos produtivos industriais. A cisão territorial entre unidade produtiva e gestão empresarial promove maior coesão espacial e afirma, como vimos, a primazia de algumas cidades. Contudo, cabe lembrar, não são só os fluxos imateriais relativos à reintegração da produção e do gerenciamento dessa produção que compõem a teia de fluxos no espaço. Há que se lembrar, ao lado dos fluxos imateriais, como os de informação, os tradicionais fluxos materiais, como os de transporte de mercadorias – quer de matéria-prima e de insumos para a produção, quer os de consumo corrente.

Mas são, sobretudo, os fluxos imateriais, em grande parte devido ao aumento do controle da informação gerencial à distância, os principais responsáveis pelo redesenho da região metropolitana de São Paulo, tornando-a mais distendida. Os fluxos imateriais distinguem, ainda mais, o centro metropolitano, a cidade de São Paulo, do restante do país, fazendo crescer as desigualdades sócio-espaciais e, de outro, promovendo, através de suas redes, uma nova integração espacial com a cidade de São Paulo.

Através dos fluxos tradicionais, mas devido, sobretudo, aos novos fluxos imateriais, que a trama espacial dos fluxos redesenha é reterritorializa a metrópole de São Paulo. Nesse redesenho, as empresas oligopolistas e os grupos econômicos têm grande responsabilidade, pois são neles que se encontra, com maior expressividade, a reorganização da produção. Essa reorganização não é só técnica, mas interessa, sobretudo, às formas de gestão do capital. Ela é fortemente vinculada à emergência dos novos fluxos imateriais, por isso consideramos as empresas oligopolistas e os grupos econômicos os arquitetos primazes da rede de fluxos.

Além de constituírem pontos estruturais dessa rede, arquitetos de redes, as empresas oligopolistas e os grupos econômicos detêm a maior capacidade de atualização tecnológica, de resistir ou promover uma concorrência acirrada, bem como de usufruir das vantagens locais, utilizando as diferenças territoriais como fator de produção. Em suma, nas estratégias empresariais de multilocalidade, não só a homogeneidade territorial é levada em consideração, mas também as diferenças territoriais. Presentes e fundamentais na reconstrução do espaço metropolitano, os deslocamentos dessas empresas e grupos têm contribuído para torná-lo mais homogêneo e compacto, ao mesmo tempo que as particularidades do território se redimensionam. Esse fato testemunha o quanto o espaço não é indiferenciado e que também não se constitui num reflexo, colocando-se além de força produtiva, como condição material do processo social.¹⁶

Consideração semelhante foi estabelecida pela análise da situação francesa. "La compétitivité d'un territoire (nation, région, ville) dépend moins de sa dotation statique en ressources, comme dans les théories classiques des avantages comparatifs, que de sa capacité à produire les ressources et les configurations efficaces en termes de qualité de biens ou de services, de réactivité, d'innovation." (Veltz, 1994, p. 2).

Nessa reterritorialização da metrópole, a primazia da cidade de São Paulo se afirma através das atividades de serviço de ordem superior e da concentração de trabalho imaterial, constituindo-se no centro de uma ampla rede de fluxos. Por isso mesmo é que sua desindustrialização não faz da cidade uma área de depressão econômica, como alguns modelos clássicos de interpretação poderiam sugerir; ao contrário, sua reterritorialização, que amplia a mancha metropolitana, significa uma nova industrialização do In-

terior e uma redefinição de sua primazia no contexto nacional. Por todo espaço do entorno metropolitano a concentração da rede de fluxos difunde o dinamismo da metrópole consagrando a eficácia da concentração.

A expansão territorial da indústria redefine a rede metropolitana, na qual os fluxos tendem a ter maior amplitude territorial. As relações entre os centros regionais e as cidades de pequeno porte se alteram, na medida em que a realização de muitos vínculos com a metrópole pode dispensar os centros intermediários. Portanto, nessa reestruturação espacial, vale mais a intensidade da conexão que a proximidade entre os lugares. Como já disseram, a "imagem piramidal e hierárquica tradicionalmente associada ao território, na qual os efeitos de proximidade têm supremacia sobre os efeitos de interdependência à longa distância, é cada vez menos verdadeira." (Dias, 1995, p. 6).

A manutenção da posição de primazia da cidade de São Paulo é dependente da capacidade de executar determinados serviços que possam garantir a integração, tanto referente à internacionalização crescente do capital produtivo, como do mercado mundial. Quadros profissionais determinados, serviços especializados, infra-estruturas – desde as atividades tradicionais ao ambiente urbano, até as novas – são necessários para a garantia de sua posição. Na reafirmação da primazia de São Paulo se recompõem, com forma nova, a tensão entre homogeneidade e heterogeneidade espacial.

Para a Capital afluem os principais fluxos imateriais. Esses têm territorialidade apenas pontuais no momento de sua emissão e de sua recepção, como nós de uma rede. Esses fluxos necessitam de suporte técnico para a conexão desses nós.

(16) A esse respeito ver Mark Gottidiener, *The Social Production of Urban Space*, Austin, University of Texas Press, 1988.

Nesse sentido, a reestruturação em curso se vincula ao que poderia ser chamado de revolução tecnológica da informação. Mas há que se ficar atento para o fato de que, em primeiro lugar, a incorporação de novas tecnologias se dá, sobretudo, no âmbito da organização do processo produtivo, não na produção em si mesma. Em segundo lugar, que se trata de uma nova tecnologia, difundida mundialmente, que viabilizou a reestruturação industrial. Como essas tecnologias inovadoras, que possibilitam a realização de fluxos, não são criadas no espaço nacional, parece se gestar uma nova roupagem na situação de dependência em relação aos países centrais.

Um outro aspecto deve ser mencionado: o novo caráter da concentração que emerge dos fluxos imateriais que tecem uma rede por todo o mundo. Configura-se a cidade de São Paulo com potencialidade de uma cidade global. Nesse sentido, torna-se muito próxima dos principais centros mundiais, como New York ou Tóquio. Muito próxima, mas não nos moldes daquelas metrópoles mundiais devido a dois aspectos. Primeiro, não se constitui num centro mundial de gestão do capital e, segundo, porque o desenvolvimento econômico se faz acompanhado de uma enorme exclusão social e agressividade ambiental.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A desconcentração metropolitana de São Paulo não se constitui num processo específico da cidade de São Paulo porque é um produto da fase atual da reestruturação capitalista, assentado em formas novas de internacionalização de desenvolvimento do capital. Embora esse aspecto global crie alguns aspectos comuns entre as metrópoles de diferentes partes do mundo, como

o desenvolvimento de novas funções urbanas e de novas lógicas de localização das atividades econômicas, realidades históricas diversas as diferenciam entre si.

O surgimento de formas arquitetônicas novas se fazem presentes tanto em São Paulo como em New York ou Paris, bem como a intensificação e a renovação dos processos sociais de exclusão; contudo, condições sociais e histórias particulares as diferenciam profundamente. Em outros termos, as novas feições na paisagem e a intensificação da exclusão social estão presentes nas metrópoles contemporâneas. Há, portanto, uma tensão constante entre homogeneização e diferenciação sócio-espacial nas formas atuais de internacionalização da economia.

A expansão da mancha metropolitana de São Paulo se gestou num contexto de crise e recessão econômica no final dos anos 70. Consolidou-se na década de 80 – a chamada década perdida – com decréscimo nos investimentos, quer privados ou públicos, diante de uma drenagem maciça de capitais para fora do país – quer em termos absolutos, quer através do pagamento do serviço da dívida externa – e no seio de inflações galopantes e de frequentes reformas monetárias.

Nesse período, a concentração de renda se acentuou ainda mais e os investimentos urbanos privilegiaram os serviços relacionados às novas condições gerais de produção e à demanda dos estratos sociais mais altos. Foram esses estratos os que puderam, através de mecanismos especulativos, fazer frente aos ganhos ou auferirlos nas ondas inflacionárias e se adequar para o desempenho das novas funções no mercado de trabalho.

A cidade de São Paulo conheceu uma grande ampliação do setor terciário. Sua centralidade depende, também, da capacidade de fornecer serviços de ordem superior, como por exemplo,

os de propaganda e de publicidade ou os mais diretamente relacionados ao sistema financeiro internacional. Durante o período de 1980 a 1985, por exemplo, a participação das instituições financeiras no PIB – Produto Interno Bruto – do Estado de São Paulo cresceu, passando de 6,5% para 20%. A concentração de sedes dos principais bancos nacionais e estrangeiros faz de São Paulo o maior usuário das redes de comunicações do país. Num país de dimensões continentais, o desenvolvimento da automação bancária acabou por colocar o Brasil como líder mundial nesse sistema de automação, fazendo-o exportador dessa tecnologia (Zimmermann, 1992, p. 112).

No centro financeiro, de obras arquitetônicas monumentais – catedrais do capital – a contra faceta dessa inserção na globalização mostra sua cara: meninos de rua desabrigados assistem aos avanços de uma modernização excludente. Cada vez mais se agravam as carências nos transportes,

na saúde, na educação e na habitação. A visibilidade dos processos de segregação sócio-espacial torna-se mais transparente face à degradação das condições de trabalho e ao desrespeito aos direitos sociais anteriormente adquiridos.

Essa marginalização interna se reproduz no contraponto: São Paulo e o restante do país; tanto quanto entre os espaços dirigentes dessa nova lógica e as grandes porções de espaços mundiais marginalizados. Do ponto de vista social, o desenvolvimento das redes de comunicação e de informática garante a ordem necessária ao orquestramento da sinfonia do capital. Do ponto de vista social, imprime ordem-desordem no sentido de desbaratar as empresas com capitais menos competitivos. Do ponto de vista espacial, acirra as desigualdades, na medida em que fortalecem alguns pontos fortemente integrados ou marginalizados, na nova forma de internacionalização da economia.

BIBLIOGRAFIA

- Cadastro de Empresas*. São Paulo, FIESP/CIESP/DEPEA, 1994.
- DIAS, Leila Christina. *Redes de Telecomunicações e Metrópole: Ordem e Desordem no Papel Hegemônico de São Paulo*. Brasília, ANPUH, 1995, mimeo.
- GOTTIDIENER, Mark. *The Social Production of Urban Space*. Austin, University of Texas Press, 1988.
- NEGRI, Barjas. A Indústria de Transformação do Estado de São Paulo (1979-1989). In: *Cenários da Urbanização Paulista*. São Paulo, SEADE, 1992 (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI) v. 3. p. 15-79.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *Características Gerais do Processo de Industrialização Paulista*. São Paulo, 1988.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *Município de São Paulo, 1990*. São Paulo, 1990.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *O Novo Retrato de São Paulo. Avaliação dos Primeiros Resultados do Censo Demográfico de 1991*. 2. ed. São Paulo, 1993.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (1993)*. São Paulo, 1994.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *São Paulo, 1994*. São Paulo, 1994a.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *Cenários da Urbanização Paulista*. São Paulo, 1992. (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI) v. 6.
- SEMA – Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. São Paulo (Estado). *Tendências de Industrialização no Interior do Estado de São Paulo*. São Paulo, Série Pesquisa, 1989.
- SEMEGHINI, Ulisses Cidade. A Região Administrativa de Campinas. In: *Cenários da Urbanização Paulista*. (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI). São Paulo, SEADE, 1992, v. 8. p. 15-67.

- VELTZ, Pierre. Dynamiques des Systèmes Productifs, Territoires et Villes. *Anais do Colóquio Internacional: Ville, Entreprises et Sociétés à la Vielle du XXI Siècle*. Lille, 1994, publicado em forma de Separata.
- ZIMMERMANN, Gustavo. Diagnósticos do Segmento do Comércio. In: *Cenários da Urbanização Paulista*. São Paulo, SEADE, 1992 (Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI) v. 3. p. 119-144.